



## **Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária: um recorte sobre o Estado do Rio de Janeiro**

Bruna Ranção Conti  
Felipe Rodrigues Alves  
Luiz Ricardo Villela Gonçalves da Rocha  
Natalia de Nery Viteze

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo mapear a relação teórica entre a Economia Solidária (Ecosol) e o Turismo de Base Comunitária e identificar possíveis conexões entre esses movimentos no Estado do Rio de Janeiro (RJ). Para tanto, a metodologia envolveu: 1) Pesquisas bibliográficas sobre os temas; 2) Pesquisas documentais nos Planos Nacional e Estadual de Economia Solidária do RJ; 3) Acompanhamento das reuniões dos Fóruns Estadual e Municipal de Ecosol; 4) Participação no Seminário “A Economia Solidária no Rio de Janeiro”; 5) Levantamento dos empreendimentos de turismo do RJ no Cadastro Nacional da Economia Solidária. Os resultados evidenciam que, no campo teórico, os movimentos estudados são convergentes, mas do ponto de vista do reconhecimento da política pública de Ecosol, o turismo ainda é pouco entendido como parte desse movimento. Da mesma forma, os empreendimentos de TBC não se identificam como pertencentes à economia solidária.

**Palavras-chave:** Turismo de Base Comunitária, Economia Solidária, Estado do Rio de Janeiro

**Abstract:** The main objective of this academic article is to map the theoretical relations between Solidarity Economy and Community-based Tourism, and to identify the possible connections among these two movements in the Rio de Janeiro State (RJ). The methodology used includes; 1) Bibliographic research of the theme, 2) Documental research on the Solidarity Economy in RJ state and national plans, 3) Attending and monitoring the Solidarity Economy municipal and state meetings, 4) Participating in the “A Economia Solidária no Rio de Janeiro” seminar, and 5) Collecting data from tourism related businesses registered on the national register of solidarity economy. The results confirm that theoretically the objects of the study are convergent but from the Ecosol acknowledgement of public politics and point of view. However, tourism is still very little understood as a part of this movement. In a similar way, the businesses related to community-based tourism do not identify themselves as being solidarity economy.

**Key-Words:** Community-based Tourism, Solidarity Economy, Rio de Janeiro State

### **Introdução**

No Brasil, as discussões teóricas acerca da economia solidária (Ecosol) iniciaram-se na década de 1980, mas se intensificaram na década seguinte em face ao surgimento dos “excluídos do sistema”. Esse movimento surge, portanto, em um contexto de crítica ao modelo neoliberal, às privatizações, à desregulamentação da economia, ao crescimento da competitividade, associado ainda ao fortalecimento dos movimentos sociais. Alguns de seus conceitos basilares são a cooperação, a solidariedade, a autogestão, a justa distribuição dos resultados, o desenvolvimento de capacidades, a participação ativa de todos nos processos de desenvolvimento e a responsabilidade ambiental.



# Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

A ideia geral de que novos empreendimentos ou empresas do capitalismo tradicional recuperadas por seus trabalhadores poderiam ser geridas pelos sócios de forma mais democrática, levando em consideração não apenas o lucro mas todos os benefícios que poderiam desencadear para os envolvidos e sua comunidade, muito se assemelha com as iniciativas de turismo de base comunitária (TBC) em curso no país.

Essa nova forma de se pensar o desenvolvimento do turismo o considera como fenômeno social que pode desencadear impactos positivos e negativos no que diz respeito à valorização da cultura local, ao empoderamento e participação dos moradores locais no planejamento e gestão de seu próprio desenvolvimento e, ainda, no que diz respeito à coesão social. Assim, para o movimento de TBC, o turismo deixa de ser mera atividade econômica nos moldes de um capitalismo selvagem, para assimilar os princípios da cooperação na gestão dos empreendimentos da própria localidade, as territorialidades locais como elementos fundamentais para a criação de valor turístico e o protagonismo da população local na busca por um desenvolvimento endógeno.

No entanto, a hipótese deste trabalho é a de que, apesar das convergências, o turismo de base comunitária não está atualmente representado no movimento da economia solidária, ou seja, os empreendimentos turísticos reconhecidos pela população e pela academia como de base comunitária não estão cadastrados como empreendimentos econômicos solidários, não sendo contemplados pelas políticas de fomento, incentivo e divulgação desses empreendimentos, além de não possuírem representação nos fóruns da economia solidária.

No Estado do Rio de Janeiro, esta constatação é previamente possível ao se conversar com representantes dos movimentos municipal e estadual da economia solidária, apesar de ainda não existir uma pesquisa formal capaz de demonstrar tal problemática/potencialidade. Diante do breve relato apresentado, o objetivo deste trabalho é mapear a relação teórica entre a Ecosol e o TBC e identificar possíveis conexões entre esses movimentos no Estado do Rio de Janeiro (RJ).

Para tanto, a metodologia envolveu: pesquisas bibliográficas sobre os temas; pesquisas documentais nos Planos Nacional e Estadual de Ecosol do RJ para identificar



# Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

se esses planos apresentam o turismo como atividade a ser fomentada; acompanhamento das reuniões dos Fóruns Estadual e Municipal de Ecosol, realizadas no município do Rio de Janeiro nos primeiros meses de 2017, totalizando cinco encontros, a fim de identificar a existência de empreendimentos relacionados ao turismo que estejam nesses espaços de negociação; participação no Seminário “A Economia Solidária no Rio de Janeiro: políticas públicas e oportunidades para os empreendimentos”, realizado em fevereiro de 2017 na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro (SRTE/RJ) e identificação daqueles que se declararam como prestadores de serviços turísticos no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL).

Vale ressaltar que o CADSOL, gerenciado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), tem como base as atividades econômicas cadastradas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e se configura atualmente como banco de dados da economia solidária. Para a identificação dos empreendimentos relacionados ao turismo, foram consideradas as atividades econômicas que estão elencadas pelo Ministério do Turismo (MTur) como Atividades Características do Turismo (ACTs), uma vez que para essa definição o MTur leva também em consideração a CNAE.

Este artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. A primeira parte discorre sobre a Economia Solidária e apresenta um breve histórico do seu fortalecimento no Brasil. A segunda seção apresenta o Turismo de Base Comunitária e alguns dos projetos que contribuíram para a formulação de políticas públicas para o TBC no país. Na terceira parte, é realizada uma análise sobre a relação teórica entre a Economia Solidária e o TBC no contexto nacional e sobre como esses movimentos dialogam, atualmente, no Estado do Rio de Janeiro. Por fim, na última seção deste artigo, são apresentadas as considerações finais deste trabalho.

## **A Economia Solidária no Brasil**

“Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre



# Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva” (SINGER, 2002, p. 9). Esta afirmação do economista Paul Singer se baseia na ideia de que a competição, atualmente presente no âmbito do capitalismo, é a responsável por gerar e cada vez mais intensificar uma série de desigualdades, seja porque a empresa capitalista não possibilita o crescimento daquelas que buscam se inserir em um mercado já consolidado, seja porque as pessoas que dominam as capacidades necessárias à competição, capacidades estas que lhes foram transmitidas ao longo da vida, terão sempre uma vantagem competitiva em relação àquelas socialmente excluídas.

Diante disso, diversas diferenças podem ser identificadas ao se comparar empreendimentos capitalistas com os da economia solidária: 1) o objetivo da empresa capitalista é maximizar os lucros enquanto, na economia solidária, é garantir boas retiradas para todos, promover o trabalho e a renda e reforçar a solidariedade entre os sócios; 2) na empresa capitalista os lucros são revertidos aos donos e acionistas da empresa e na economia solidária as sobras são repartidas entre todos os sócios de acordo com regras estabelecidas em assembleia; 3) a empresa capitalista aplica a forma hierárquica de gestão (heterogestão), as decisões são tomadas de cima para baixo e, por outro lado, na empresa solidária, se aplica a administração democrática (autogestão), ou seja, as decisões são tomadas em assembleias e todos têm direito a um voto (SINGER, 2002).

Gaiger (2012) aborda o contexto histórico da economia solidária e retrata a década de 1930, na literatura, como a mais importante para o desenvolvimento da economia solidária a nível mundial. No entanto, no contexto brasileiro, a década de 1980 foi primordial para o fortalecimento desse movimento. A redemocratização do país impulsionou os movimentos sociais voltados aos interesses comuns e as construções organizacionais coletivas a participarem e serem reconhecidas pela esfera pública. Estes movimentos sociais foram apoiados por iniciativas das igrejas católicas (com destaque para a entidade Cáritas Brasileira), universidades e sindicatos, que inovaram por solucionar as demandas sociais por meio da auto-organização popular,



# Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

adotando princípios democráticos e cooperativos em sua organização.

Além disso, Gaiger (2013) reforça que esse movimento se expressou, a nível nacional, por meio do resgate de empresas falidas, momento em que os funcionários dessas empresas as transformaram em cooperativas autogestionárias, deixando de ser trabalhadores assalariados para se firmarem como sócios do negócio. Um exemplo emblemático foi a retomada da empresa de calçados Makerli por seus funcionários em 1991, orientados pelos técnicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). No caminho de consolidação das cooperativas no Brasil, o assentamento de milhares de famílias por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) gerou também a promoção de cooperativas de agricultura familiar autogestionárias. Outro componente da economia solidária no Brasil compreende as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que atendem a grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto.

No que diz respeito às Políticas Públicas brasileiras, a temática da economia solidária passou a compor primeiramente as agendas dos municípios, desde a década de 1990, com destaque para os governos situados à esquerda do espectro político. Os municípios de Porto Alegre, Belém, Recife e São Paulo foram os primeiros a implementar políticas públicas voltadas à essa questão. Em âmbito federal, foi criada, em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e, no mesmo ano, a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (PRAXEDES, 2009).

Pouco tempo depois das primeiras iniciativas de políticas públicas federais, foi realizado o primeiro mapeamento da Economia Solidária no Brasil, compreendendo o período de 2005 a 2007. A SENAES, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, organizaram a partir de então o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) e realizaram, mais recentemente, o segundo mapeamento nacional da Economia Solidária, contemplando o período de 2009 a 2013. Nesse último mapeamento, foram identificados 19.708 empreendimentos econômicos solidários (EES), sendo que a região Nordeste é a que apresenta a maior parte deles. O espaço rural prevalece como área de atuação de mais da metade dos EES em âmbito nacional,



sendo o Sudeste a única região onde o número de atuação na área urbana supera a atuação na área rural. Como forma de organização desses empreendimentos, as associações e os grupos informais prevalecem em todos os estados, tendo como principal atividade econômica a produção de bens (GAIGER, 2014).

De acordo com o último mapeamento da Economia Solidária no Brasil, o período posterior aos anos 2000 foi o mais propício à criação de EES, apesar de esta ascensão não ter sido percebida nos últimos anos (2011-2013). Gaiger (2014) discute que na área urbana esse crescimento não está tão vinculado à falta de empregos, mas ao aumento da segurança econômica trazida pelo contexto mais geral, associada aos instrumentos e estímulos dos programas de apoio à economia solidária. Nesse sentido, apesar de uma das motivações para a instituição de EES ser a criação de alternativas ao desemprego e/ou a geração de uma fonte complementar de renda, o autor afirma que os impulsos surgem por meio das aspirações dos grupos e indivíduos e o desejo pelo empreender coletivamente.

Tendo como base a breve discussão teórica apresentada sobre a economia solidária, a seguir é discutido o tema do turismo de base comunitária, a fim de possibilitar, na terceira seção deste artigo, a análise das convergências entre seus conceitos e princípios.

## **O Turismo de Base Comunitária no Brasil**

Por muitos anos, no Brasil, foram poucos os pesquisadores que entraram no campo de estudo sobre o turismo de base comunitária, pois ele significava uma realidade distante da vivida naquele período. Até meados dos anos de 1990, poucas iniciativas conseguiram impulsionar pesquisas e políticas públicas sobre o TBC. Foi quando um conjunto de pesquisadores de diferentes regiões do país reafirmou o interesse pela discussão do assunto nos Encontros Nacionais de Turismo de Base Local (ENTBL). Este evento foi realizado pela primeira vez em 1997, no Departamento de



# Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), sob a coordenação da professora Adyr Balastrieri Rodrigues<sup>1</sup>.

Dessa forma, para Irving (2009), é possível afirmar que apenas recentemente as produções nesta área do conhecimento ganharam força, o que coincide com o momento histórico em que o turismo, entendido apenas como mera atividade econômica, passa a sofrer uma série de críticas relacionadas aos impactos sociais, culturais e ambientais que ocasionou em diversos destinos mundiais e brasileiros.

Vale ressaltar que a década de 1990 foi também um momento de fortalecimento da democracia no Brasil e das reivindicações pela ampliação da participação da sociedade civil nas tomadas de decisão. É, ainda, momento de reconhecimento e divulgação dos diversos impactos ambientais ocasionados por um modelo de produção capitalista, e de reivindicação de novos modelos de desenvolvimento, de economia e de turismo. Assim, da mesma forma que as contradições do capitalismo criaram oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas baseadas na solidariedade e na autogestão, criaram também novas formas de se pensar e planejar o turismo, para além dos modos de produção dominantes. Nesse contexto, para Irving (2009), o TBC passa a ser fomentado quando o turismo passa a ser entendido também como uma alternativa para a inclusão e a participação social.

Desde então, diversos projetos de turismo passaram a considerar o capital social e o envolvimento das partes interessadas (*stakeholder engagement*) como elementos fundamentais para a implementação de suas iniciativas. Organizações Não Governamentais de grande alcance incluíram o turismo em suas pautas, buscando impulsionar o desenvolvimento socioeconômico das comunidades, a participação dos atores sociais em todo o processo de planejamento e implementação, a repartição de benefícios para a população local e sua autonomia nos processos de tomada de decisão (IRVING, 2009).

Não há, no entanto, um consenso com relação ao conceito de TBC. O protagonismo das "populações locais" (incluindo os trabalhadores rurais, pescadores,

---

<sup>1</sup> Informações disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.sbecotur.org.br/ENTBL2016/node/3>. Acesso em 20/04/2017.



# Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

representantes das culturas indígenas e de povos e comunidades tradicionais) é fator central para se pensar esse modelo de turismo. Além disso, discute-se que esse turismo deve representar uma forma de visibilidade das mobilizações e resistências das comunidades em relação à utilização de seus territórios, o que demanda interlocução e pactuação constante de compromissos entre os diversos atores envolvidos no processo (BARTHOLO, 2009).

Para Fabrino, Nascimento e Costa (2017), os princípios do TBC que são recorrentes na literatura incluem: dominialidade - grau de domínio da comunidade sobre a propriedade e a gestão do turismo; organização comunitária; democratização de oportunidades e repartição de benefícios; integração econômica; interculturalidade - no sentido de um intercâmbio cultural e troca de experiências entre visitantes e visitados; e qualidade ambiental - saneamento ambiental e forma de manejo dos recursos naturais locais. Já para o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010) os princípios comuns ao TBC são: a autogestão; o associativismo e cooperativismo; a democratização de oportunidades e benefícios; a centralidade da colaboração, parceria e participação; a valorização da cultura local e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos.

Levado em consideração as definições da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol), vale ressaltar que esta reitera as noções de autogestão dos recursos, democratização das tomadas de decisão e repartição justa dos benefícios em suas definições de TBC. A Turisol surgiu em 2003, articulada por um grupo de sete iniciativas brasileiras de turismo comunitário (Projeto Bagagem; Acolhida na Colônia; Rede Tucum; Casa Grande; Saúde e Alegria; Mamirauá e Silves), apoiada ainda pelo Instituto Virtual do Turismo (UFRJ), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Suas principais linhas de atuação são: formação e capacitação por meio de encontros e eventos; produção de conhecimentos por meio da elaboração de materiais didáticos, publicações e vídeos sobre os temas



discutidos nos encontros; impulsão de políticas públicas de apoio ao TBC; e promoção e comercialização dos destinos e serviços contemplados na rede<sup>2</sup>.

Vale destacar ainda que, em 2008, o Ministério do Turismo lançou um edital de apoio às experiências de TBC, o que foi considerado um passo importante rumo à implementação de políticas públicas em âmbito federal. De acordo com este edital, foram selecionados 50 projetos que estivessem ligados à produção associada ao turismo, à qualificação profissional, à elaboração de planejamento estratégico e organização comunitária, à promoção e comercialização dos produtos e serviços turísticos e/ou ao fomento de práticas de economia solidária (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009). Há, portanto, o reconhecimento de que a economia solidária se articula com o turismo de base comunitária, apesar de não terem sido implementados outros programas ou projetos voltados ao fortalecimento desta concepção.

Na próxima seção deste artigo serão apresentadas as considerações acerca das aproximações conceituais da Ecosol com o TBC, principalmente no que diz respeito aos princípios que devem ser seguidos pelos empreendimentos/experiências que se enquadram nestes movimentos, além da análise da interlocução desses movimentos no Estado do Rio de Janeiro.

## **A Economia Solidária e o Turismo de Base Comunitária no Estado do Rio de Janeiro**

A partir do objetivo de mapear a relação teórica entre a Ecosol e o TBC, é possível afirmar, com a breve discussão teórica apresentada acerca dos temas, que esses movimentos dialogam no sentido de propor alternativas às formas convencionais de organização do trabalho, seja por meio de associações e cooperativas, ou através de grupos informais que estão articulados no sentido de serem os próprios detentores dos meios de produção e os tomadores das decisões a serem implementadas. Nesse sentido, o TBC pode ser entendido como um ramo da economia solidária, do ponto de vista teórico, pois prevê que as populações locais devem ser as responsáveis pela gestão do

---

<sup>2</sup>Informações disponíveis no endereço eletrônico: <http://turisol.wixsite.com/redeturisol/sobre>. Acesso em 29/04/2017.



# Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

turismo e pela oferta dos produtos e serviços consumidos pelos turistas. Além disso, ambos os movimentos defendem uma repartição justa dos benefícios, pensando não apenas naqueles trabalhadores envolvidos nos empreendimentos, mas também nos benefícios que podem ser gerados e distribuídos para todos aqueles inseridos em determinada sociedade. Por fim, os dois movimentos estudados apontam como caminhos a serem seguidos a valorização da cultura local e a minimização de impactos ambientais negativos.

No sentido de identificar possíveis conexões entre esses movimentos no Estado do Rio de Janeiro (RJ), a pesquisa envolveu, em um primeiro momento, a análise dos Planos Nacional e Estadual de Ecosol do Rio de Janeiro (BRASIL, 2015a, 2015b). No primeiro, há apenas uma referência ao termo “turismo solidário”, na seção "Linhas de Ação. Desenvolvimento das Capacidades Produtivas", sendo apresentado como uma possível ação de impulsão do potencial turístico local, associado principalmente aos povos e comunidades tradicionais. No Plano Estadual há referência ao termo “turismo de base comunitária”, vinculado também à ideia de alternativa de atividade econômica para os povos e comunidades tradicionais. O Plano prevê o fomento ao TBC pelos municípios e pelo Estado do Rio de Janeiro, incluindo o mapeamento das experiências existentes e a capacitação das comunidades, apesar de ações nesse sentido ainda não terem sido implementadas.

Além da análise documental, foram acompanhadas as reuniões dos Fóruns Estadual e Municipal de Ecosol, realizadas no município do Rio de Janeiro nos meses de janeiro a abril de 2017, totalizando cinco encontros. A finalidade foi identificar a existência de empreendimentos relacionados ao turismo que estejam nesses espaços de articulação. No entanto, não se constatou a presença de empreendimentos de TBC nos fóruns, salvo poucos empreendimentos que possuem no turismo uma de suas atividades secundárias, como aqueles que, em função da sua localização geográfica no Estado, conseguem comercializar seus produtos (principalmente o artesanato) para os turistas da região.

Outra alternativa de identificação desses possíveis



empreendimentos/experiências de turismo inseridos no movimento da economia solidária foi a participação no Seminário “A Economia Solidária no Rio de Janeiro: políticas públicas e oportunidades para os empreendimentos”, realizado pela Seção de Economia Solidária da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Rio de Janeiro (SRTE/RJ) em fevereiro de 2017. Nenhuma menção ao turismo foi realizada no evento.

Por fim, foi realizado um levantamento junto ao Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), uma base nacional dos empreendimentos da economia solidária e dos 588 empreendimentos existentes no Estado do Rio de Janeiro, apenas 11 se declararam como prestadores de serviços que estão diretamente relacionados ao turismo, considerando para isso as Atividades Características do Turismo (ACTs) definidas pelo Ministério do Turismo<sup>3</sup>.

É possível afirmar, portanto, que no Estado do Rio de Janeiro o movimento do Turismo de Base Comunitária não está de fato representado no movimento da Economia Solidária.

## **Considerações Finais**

Este artigo teve por objetivo apresentar uma breve discussão teórica sobre a economia solidária e o turismo de base comunitária no Brasil, a fim de demonstrar as proximidades conceituais dessas discussões, principalmente no que diz respeito aos princípios basilares desse movimento. Há, portanto, interconexão quando apresentam a autogestão, a solidariedade, a participação local, a repartição justa de benefícios e a valorização do território como elementos centrais da análise.

Além disso, o trabalho objetivou apresentar, do ponto de vista prático, a inserção do TBC no movimento de Ecosol do Estado do Rio de Janeiro, o que resultou na avaliação de que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que o turismo possa se beneficiar das políticas públicas de economia solidária nesse estado. Os empreendimentos de TBC não se identificam como pertencentes à economia solidária,

---

<sup>3</sup> As Atividades Características do Turismo podem ser consultadas em: <http://www.observatoriodoturismo.tur.br/>. Acesso em 02/05/2017.



# Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

uma vez que não se cadastram como tal, e não participam dos espaços de articulação existentes para isso, como o Fórum Estadual de Economia Solidária. Por outro lado, apesar do “turismo solidário” e do “turismo de base comunitária” estarem presentes nos documentos norteadores das políticas de economia solidária, o tema não é aprofundado nos Planos Nacional e Estadual de Ecosol.

Por fim, vale destacar que estão previstas uma série de iniciativas de incentivo à economia solidária que poderiam ser acessadas pelos empreendimentos de TBC no Estado do Rio de Janeiro, como a previsão de instalação de um mercado público de economia solidária na cidade do Rio de Janeiro, a criação de uma Lei Estadual de incentivo à economia solidária (atualmente em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro), o lançamento de um edital nacional de apoio à formação e consolidação das redes de ecosol, dentre outros. Nesse sentido, a inserção do movimento de TBC a esse cenário poderia impulsionar experiências alternativas ao turismo de massa, tantas vezes analisado na literatura como prejudicial aos espaços em que se desenvolve.

## Referências

BARTHOLO, Roberto; SANZOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Plano Estadual de Economia Solidária. Rio de Janeiro, 2015b.

BRASIL. Plano Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2015a.

FABRINO, Nathalia Hallack; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; COSTA, Helena Araújo. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, 2017.

GAIGER, Luiz Inácio. O Mapeamento Nacional e o conhecimento da Economia Solidária. **Revista da ABET**, 2013.

GAIGER, Luiz Inácio. Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da Economia Solidária. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências**



# Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

**Sociais.**São Paulo, 2012.

GAIGER, Luiz Inácio et al. **A economia solidária no Brasil:** uma análise de dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014.

PRAXEDES, Sandra Faé. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. **Mercado de Trabalho**,2009.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.